

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO





APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O CAO Educação produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus), incluindo atuações ministeriais para a retomada das atividades escolares presenciais.

ere wa
going on. W
ed on a whirring ele
played the box of voices co
om they called the lounge, there w
wing a constant display of idiot human
cking balls into nets (Jim loved this). Men
r murder. Women with their arms in soap
said were as soft as their faces. And with
constant stream of noise. In Tracy's bedroom
ch had a strangely sweet smell that somehow
r nose, the box of voices, quite a small one,
d pulsating music which scared us silly. While she
to it, Tracy (whom we quite liked) would bob up
own and dance in rhythm to the horrible noises.
d in addition to all these artificial noises, the people

61

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DE OUTROS MP'S.....	5
NOTÍCIAS do MPF.....	12
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	14
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	15
NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	21

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



MPMT E TJ TRATAM DA RETOMADA DO CURSO DE MEDIAÇÃO ESCOLAR

O Ministério Público Estadual e o Tribunal de Justiça de Mato Grosso iniciaram as tratativas para promover a terceira edição do curso de Mediação Escolar, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc). A previsão é de realizar a capacitação no próximo ano, com a retomada das atividades escolares. No encontro, ficou acertado que as instituições irão elaborar um plano de trabalho com metodologia e cronograma de atividades, a ser apresentado em novembro ao presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Poder Judiciário, desembargador Mário Roberto Kono de Oliveira.

MUNICÍPIO ATENDE RECOMENDAÇÃO DO MP E RETOMA ATIVIDADES DE CRECHE

O Município de Cocalinho (859km de Cuiabá) acatou notificação recomendatória expedida pela 1ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Água Boa e informou que as atividades da Creche Municipal Mãe Preta serão retomadas no dia 10 de outubro de 2021, em sistema híbrido. Conforme a Secretaria Municipal de Educação, atualmente a unidade funciona com atendimento remoto e os funcionários trabalhando presencialmente.

INSTITUIÇÕES NÃO APROVAM PROJETO E SOLICITAM ADEQUAÇÕES

O Ministério Público Estadual, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) e a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) ainda não chegaram a um consenso em relação à finalização do projeto de redimensionamento da Escola Estadual Nova Chance, que atende o sistema prisional.

ACORDO PREVÊ APLICAÇÃO DE MULTA DE R\$ 2,6 MI NA EDUCAÇÃO

O município de Planalto da Serra, distante 259 Km de Cuiabá, firmou acordo judicial com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso comprometendo-se a aplicar R\$ 2,6 milhões na área da educação com a construção de uma nova escola, reforma da Escola Municipal Plínio José Siqueira e aquisição de, no mínimo, dois ônibus escolares novos. O acordo foi celebrado em audiência de conciliação após o município ter descumprido sentença judicial que o obrigava a regularizar o fornecimento de merenda escolar.

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS



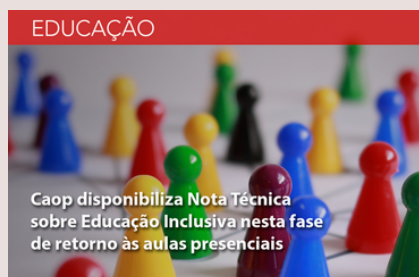
MPPE se reúne com agentes públicos para estimular ações de combate à evasão escolar

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) se reuniu, nesta quarta-feira (3), com integrantes das Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde, além de conselheiros tutelares das cidades de Sairé (no período da manhã) e Belo Jardim (no período da tarde) para apresentar o projeto institucional Voltei. Na pauta, a articulação de esforços institucionais para reduzir a evasão escolar.

MPPE recomenda criação de protocolo para coibir assédio sexual, bullying e discriminação nas escolas

A 2ª Promotoria de Justiça de Cabrobó recomendou às Secretarias Estadual e Municipal de Educação a criação de um protocolo de enfrentamento a comportamentos que atentam aos direitos das crianças e adolescentes no âmbito escolar, como assédio sexual, bullying, racismo, LGBTfobia, intolerância religiosa e gordofobia. A iniciativa foi tomada após o Ministério Público ter conhecimento de um protesto realizado por estudantes para denunciar um suposto caso de assédio sexual praticado por um professor contra uma aluna de uma escola estadual.

Caop Educação disponibiliza Nota Técnica nº 01/2021 sobre Educação Inclusiva nesta fase de retorno às aulas presenciais



O Caop Educação encaminhou a Nota Técnica nº 01/2021 sobre Educação Inclusiva nesta fase de retorno às aulas presenciais. O documento foi elaborado em face de demandas recepcionadas pelas Promotorias de Justiça, em relação à obstaculização do acesso à educação dos estudantes com deficiência na rede pública e privada de ensino, após a autorização do retorno das aulas presenciais pelo governo estadual.

MPPE fiscaliza aplicação das políticas públicas de combate ao analfabetismo e à evasão escolar nas redes de ensino

A 22ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital (Direito Humano à Educação) vem realizando, ao longo dos últimos meses, reuniões com as Secretarias de Educação do Recife e de Pernambuco para acompanhar as políticas públicas de combate ao analfabetismo e à evasão escolar nas escolas públicas situadas na capital pernambucana.

Promotoria de Educação realiza reuniões com gestores das escolas públicas municipais e profissionais do PSF, CRAS e CREAS para enfrentamento à evasão escolar

A 5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Direito Humano à Educação de Olinda realizou reuniões com todos os gestores das escolas municipais para tratar sobre evasão escolar e avaliações diagnósticas de aprendizagem dos estudantes que retornam, bem como educação inclusiva, com pactuações de metas até dezembro para o devido acompanhamento desta fase de retorno às aulas presenciais.

MPPE REALIZA PARCERIAS PARA EVITAR EVASÃO ESCOLAR E ACOMPANHA LANÇAMENTO DO PROJETO “TÔ VOLTANDO, MEU LUGAR É NA ESCOLA”

a ação “Tô voltando, meu lugar é na escola” foi lançada na cidade de Olinda, para promover o retorno às aulas, após a identificação de um alto percentual de evasão escolar, identificado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE). A iniciativa tem parceria com a Prefeitura de Olinda e com as Secretarias da Educação, da Saúde e da Assistência Social.

MPPI EXPEDE RECOMENDAÇÃO VISANDO À REGULARIZAÇÃO DO QUADRO DE DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Ministério Público do Piauí, por meio da 38ª Promotoria de Justiça de Teresina, expediu recomendação ao prefeito e ao secretário de educação de Teresina para que procedam à convocação de candidatos aprovados nos concursos públicos que estão em vigor, e para que seja realizado novo processo licitatório destinado à realização de mais um certame, a fim de regularizar o quadro de professores da rede pública municipal de ensino da capital.

MPPE fiscaliza aplicação das políticas públicas de combate ao analfabetismo e à evasão escolar nas redes de ensino

A 22ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital (Direito Humano à Educação) vem realizando, ao longo dos últimos meses, reuniões com as Secretarias de Educação do Recife e de Pernambuco para acompanhar as políticas públicas de combate ao analfabetismo e à evasão escolar nas escolas públicas situadas na capital pernambucana.

Atuação do MPPI garante retorno às aulas presenciais em modelo híbrido no município de União

A atuação do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de União, e com o auxílio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), garantiu o retorno às aulas presenciais em modelo híbrido, no município de União, no mês de setembro deste ano.

Atuação do MPPI garante retorno às aulas presenciais em modelo híbrido no município de União

A atuação do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de União, e com o auxílio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), garantiu o retorno às aulas presenciais em modelo híbrido, no município de União, no mês de setembro deste ano.

MPRN inicia série de visitas técnicas às escolas públicas estaduais em Natal

Objetivo é averiguar, nos locais, como estão funcionando as escolas estaduais situadas no município, a fim de permitir a elaboração de um diagnóstico acerca da situação atual da educação na rede pública estadual

MPRN ajuíza ação para que Prefeitura de Mossoró retome aulas presenciais

MPRN pede que até o final de novembro o sistema presencial seja implantado em número não inferior a 70% das unidades da rede municipal de ensino e que ano letivo 2022 inicie com 100% de retorno

MPRN e Prefeitura firmam acordo para regularizar frota escolar

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), por meio da Promotoria de Justiça de Touros, firmou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com a Prefeitura de Rio do Fogo para regularizar todos os veículos utilizados nos serviços de transporte escolar do Município.

MPCE discute cumprimento de legislação que determina realização de exames de vista e audição por alunos da rede pública de ensino

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) promoveu reunião virtual para discutir a efetivação da Lei Municipal nº 10.668/2018 e da Lei Estadual nº 12.073/93, nas quais constam a obrigatoriedade da realização de exames de vista e audição pelos alunos da rede pública de ensino. Os procedimentos, conforme as leis, devem ser realizados pelo Município de Fortaleza e pelo Estado, respectivamente.

MPCE realiza curso sobre fiscalização e acompanhamento do Fundeb.

Promovida pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), a formação com o tema “Fiscalização e Acompanhamento do Fundeb pelo MP”. Membros, servidores e estagiários do MPCE podem participar do curso, que tem como finalidade fortalecer o acompanhamento da instituição em temas que envolvem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

MPMA aciona Município por falta de acessibilidade nas escolas

O MPMA requer que a Justiça obrigue o Município a apresentar, no prazo de 120 dias, projeto completo e cronograma de imediata adequação/adaptação arquitetônica físico-estrutural, tais como banheiros, rampas, corredores e móveis de todos os prédios e imóveis que ofertam serviços públicos sob a responsabilidade do Município de Carolina, especialmente de todas as escolas da zona urbana e rural



Cooperação entre MPSP e Instituto Alana passa a abarcar educação inclusiva

Questões relacionadas à educação inclusiva foram inseridas no Termo de Cooperação Técnica firmado entre o MPSP e o Instituto Alana para desenvolver projetos na área de proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. O documento, assinado em julho de 2020, ganhou nesta semana aditamento estabelecendo como um de seus objetivos a união de esforços entre as instituições para realização de ações conjuntas focadas na defesa e promoção do direito de todas as pessoas à educação de qualidade, em sistemas educacionais e escolas plenamente inclusivas.

MPGO aciona município de Valparaíso para suspender proibição e penalidades impostas a professores por abordagem sobre ideologia de gênero

O Ministério Público de Goiás (MPGO) propôs ação pública contra o município de Valparaíso de Goiás para que suspenda efeitos de artigo da Lei nº 1.078/2015, o qual proíbe professores de ministrar qualquer disciplina que tenha relação com ideologia de gênero ou sexualidade.

MP recomenda ao município o retorno das aulas presenciais dos alunos da educação infantil

O Ministério Público de Goiás (MPGO) recomendou ao prefeito de Iporá, Naçóitan Araújo Leite, e ao secretário de Educação, João de Almeida Lara, que adotem as medidas cabíveis para o imediato retorno das aulas presenciais para os alunos da educação infantil em creches ou entidades equivalentes, observando os protocolos de biossegurança para controle da Covid-19.

MPTO promove reunião para garantir o retorno de estudantes às salas de aula durante a pandemia

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) realizou reunião com a Secretaria Municipal de Educação de Palmas (Semed), que teve como objetivo sensibilizar os participantes sobre a importância de criar estratégias para garantir o retorno de crianças e adolescentes à escola, assegurando o direito de aprender, após o afastamento ocasionado pela pandemia da Covid-19.

MP-AP promove palestra virtual para falar sobre educação especial e autismo

O Ministério Público do Amapá (MP-AP), por meio da Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional (CGCAO) e do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ) com as Promotorias de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude de Macapá e Santana, promoveu a palestra virtual que contou com dois temas “A educação especial nos diferentes contextos” e “autismo: características, direitos e relato da implantação do Centro de Especialização no Transtorno do Espectro Autista em Laranjal do Jarí” .



MPTO expede recomendação ao Município de Palmas para garantir o acesso de estudantes com deficiência e necessidades especiais à escola

O Ministério Público do Tocantins (MPTO), por meio das Promotorias de Justiça especializadas em Educação e na proteção da Infância e Juventude, expediu, nesta sexta-feira, 29, recomendação ao Município de Palmas a fim de garantir o acesso de estudantes com deficiência e necessidades especiais à escola.

Promotoria recomenda reabertura de escola rural

O documento foi emitido pela Promotoria de Justiça de Anapu, representada pela promotora Aline Cunha. A recomendação requer a reabertura da escola em caráter de urgência, além de solicitar que sejam realizados os reparos necessários na via que dá acesso ao colégio. A recomendação também pede que a designação de professores e demais funcionários, seja de preferência, dada aos moradores da comunidade local ou de comunidades próximas.

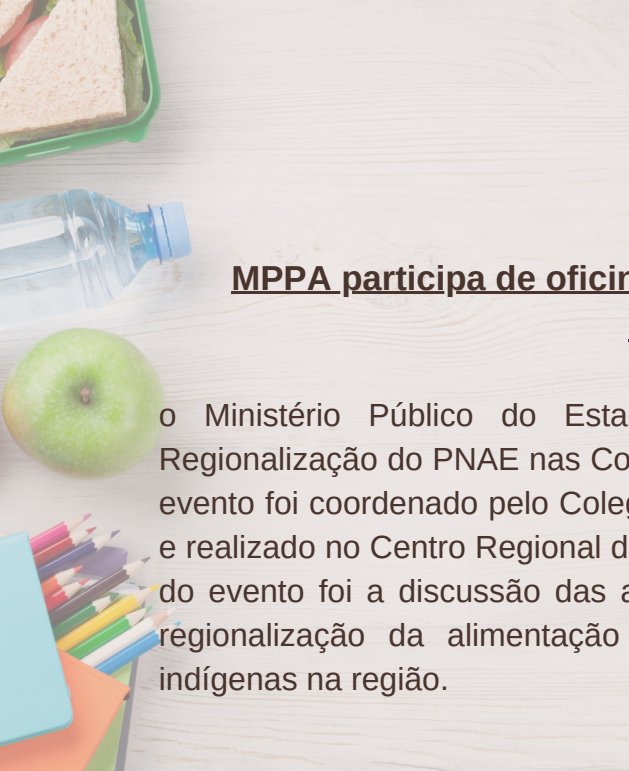
Promotoria expede recomendação a vários órgãos para garantia de melhorias em escola do município

A Recomendação requer que os órgãos elaborem um laudo técnico das condições da escola, com a participação de engenheiro e arquiteto, e, a partir desse documento, apresentem um cronograma para a realização das reformas e manutenções necessárias, com indicação do período de duração da obra ou do remanejamento, sem ultrapassar o prazo máximo de 180 dias, contando da finalização do cronograma.



MPPA ajuíza ACP para garantir reformas e novas sedes de escolas

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio do promotor de Justiça Rui Barbosa Lamim, ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) com pedido de tutela antecipada requerendo ao Governo do Estado do Pará, a disponibilização imediata de espaço adequado para o retorno presencial das aulas nas escolas estaduais E.E.E.F.M Lucíola Brasil e E.E.E.F. Barão do Guajará, localizadas na Fazenda e do Barão de Guajará, na zona rural do município de Colares.



MPPA participa de oficina de sobre a regionalização do processo de alimentação escolar

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) participou da "I Oficina de Regionalização do PNAE nas Compras da Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade". O evento foi coordenado pelo Colegiado de Comércio e Consumo Sustentável do Tapajós, e realizado no Centro Regional de Governo, no município de Santarém. A pauta principal do evento foi a discussão das ações e possibilidades de cooperação para o tema da regionalização da alimentação escolar, em especial, nos territórios tradicionais e indígenas na região.

Em nota técnica, MPSC sustenta que diretor de escola pública deve ter qualificação técnica e ser escolhido com a participação da comunidade escolar

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio do seu Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIAJ), elaborou Nota Técnica sustentando a necessidade de reformulação do sistema de escolha dos diretores de escolas públicas de mais de 75% das cidades catarinenses. A reformulação é necessária a fim de prever a participação da comunidade escolar no processo e a qualificação técnica dos gestores, conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação.



MPRS emite nota pública sobre o retorno às aulas presenciais e a necessidade de procedimentos para busca ativa dos alunos

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, das Promotorias de Justiça Regionais de Educação (Preducs) e dos promotores de Justiça da Infância e Juventude que compõem o grupo de trabalho da busca ativa escolar, emitiu, no dia 12 de novembro, nota pública na qual expressam o entendimento acerca do retorno às atividades presenciais obrigatórias nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do Rio Grande do Sul, observada a necessária conciliação entre o direito à educação de qualidade e o asseguramento do direito à saúde.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Para PGR, é inconstitucional resolução do TCE/PE que autoriza uso de recursos do Fundeb para pagar aposentados

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação direta de inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, contra norma do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), que autorizou o uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para pagamento de aposentadoria de servidores públicos estaduais.

MPF e MPCO obtêm decisão do TCU que obriga estado de PE a não pagar aposentados e pensionistas com recursos do Fundeb

Atendendo representação conjunta encaminhada pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público de Contas em Pernambuco (MPCO), o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o estado de Pernambuco não utilize, de forma direta ou indireta, recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o pagamento de aposentados e pensionistas.

PGR questiona lei do Amapá que restringe o acesso de pessoas com deficiência ao sistema educacional

O procurador-geral da República, Augusto Aras, propôs ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra lei do Amapá que prevê prioridade de acesso a pessoas com deficiência física, mental ou sensorial em escola pública próxima à residência. O problema é que a norma tratou o tema de forma restritiva e contrária ao que dispõe a legislação federal. O entendimento de Aras é que os dispositivos questionados violam artigos da Constituição Federal e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

MPF MOVE AÇÃO PARA RETORNO DE AULAS PRESENCIAIS NOS CURSOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO IFSUL

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para que sejam retomadas as atividades presenciais de ensino nos cursos da educação básica (ensino médio regular e técnico) oferecidos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) em todos os campi. A ação está embasada no Decreto 56.171 de 28 de outubro de 2021 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que determinou a retomada presencial na educação básica em estabelecimentos de ensino situados no estado.

LIBERDADE DE CÁTEDRA ENVOLVE A LIBERDADE DE QUESTIONAR, DIVERGIR E TER PENSAMENTOS DIFERENTES

Ao tratar da liberdade de aprender e ensinar, a Constituição de 1988 protegeu a diversidade na transmissão e recepção do conhecimento". Com essas palavras, o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhena, abriu o último webinar do ciclo sobre Liberdade de Expressão sob Quatro Perspectivas – que já reuniu, ao todo, quase 2 mil visualizações. O evento desta quinta-feira (18) tratou da liberdade de cátedra a partir da visão de dois especialistas: os professores Fernando Menezes e Pierpaolo Bottini, ambos da Universidade de São Paulo (USP).

MPF AJUIZA AÇÃO PARA IMEDIATA RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS NO COLÉGIO APLICAÇÃO DA UFSC

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para assegurar o retorno das aulas integralmente presenciais no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CA/UFSC), a fim de garantir o acesso à educação de qualidade aos alunos daquela unidade de ensino.

MPF E MPCO OBTÊM DECISÃO DO TCU QUE OBRIGA ESTADO DE PE A NÃO PAGAR APOSENTADOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS DO FUNDEB

Atendendo representação conjunta encaminhada pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público de Contas em Pernambuco (MPCO), o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, em sessão do plenário realizada em 10 de novembro, que o estado de Pernambuco não utilize, de forma direta ou indireta, recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o pagamento de aposentados e pensionistas.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

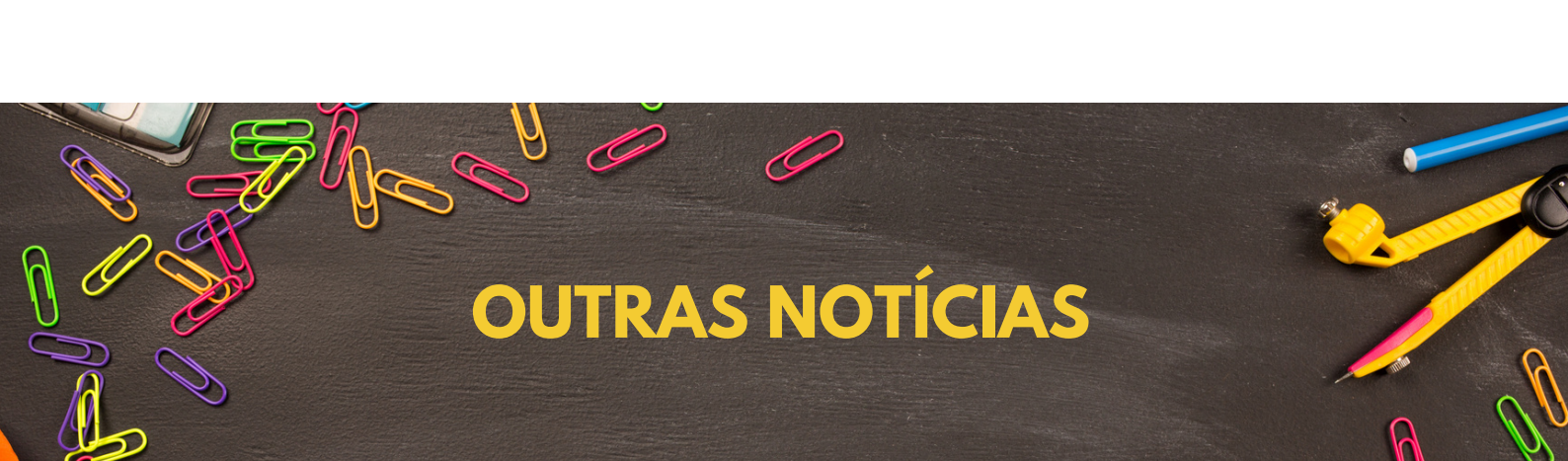


FUX SUSPENDE DECISÃO QUE PRORROGOU VALIDADE DE CONCURSO PARA PROFESSOR MUNICIPAL EM RAZÃO DA PANDEMIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, suspendeu decisão do Tribunal de Justiça do Estado Rio Grande do Sul (TJ-RS) que havia prorrogado o prazo de validade de concurso público para o provimento de cargos de magistério no Município de Cachoeirinha (RS) até o fim da pandemia da covid-19. A determinação se deu nos autos da Suspensão de Segurança (SS) 5507.

MINISTRO EDSON FACHIN SUSPENDE LEI DE RONDÔNIA QUE PROÍBE LINGUAGEM NEUTRA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu lei do Estado de Rondônia que proíbe a denominada linguagem neutra na grade curricular e no material didático de instituições locais de ensino, públicas ou privadas, e em editais de concursos públicos. A decisão liminar foi tomada nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7019 e será submetida a referendo do Plenário.



OUTRAS NOTÍCIAS

Pacto Nacional pela Educação é lançado durante sessão na Câmara dos Deputados

O Pacto Nacional pela Educação foi lançado, na manhã de quarta-feira (17), durante sessão da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. A iniciativa tem a participação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Instituto Articule, em parceria com representantes de entidades e instituições, de gestores municipais e estaduais de educação, de conselhos de educação, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como dos Ministérios Públicos Estaduais e de Contas, das Defensorias Públicas e das organizações da sociedade civil.

Estudo revela a adesão dos estudantes às atividades de ensino durante a pandemia

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e os Tribunais de Contas lançam, no dia 25 de novembro, às 14h, o estudo “Permanência Escolar na Pandemia” (PEP), que traz um panorama sobre a adesão dos estudantes da rede pública às atividades propostas pelas escolas durante a pandemia. A transmissão da pesquisa será realizada no Canal do Iede no Youtube (<https://www.youtube.com/c/Portallede>).

Tribunais de Contas participam do lançamento do Pacto pela Educação

O Instituto Rui Barbosa e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), em parceria com representantes de entidades e instituições, lançam, nesta quarta-feira (17), o Pacto Nacional pela Educação. Integram a iniciativa representantes de gestores municipais e estaduais de educação, de conselhos de educação, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como dos Ministérios Públicos Estaduais e de Contas, das Defensorias Públicas e das organizações da sociedade civil. O documento concretiza o compromisso de tais instituições em participar do Gaepe-Brasil, uma instância de diálogo e cooperação que visa proporcionar respostas mais efetivas para os desafios da Educação brasileira, tanto os ocasionados ou aprofundados pela pandemia da Covid-19, quanto aqueles que já existiam anteriormente.

Acordo entre Tribunais de Contas, IRB, ATRICON e FNDE ampliará fiscalização do Fundeb

O intercâmbio de tecnologias e de bases de dados está entre as ações previstas por um acordo, firmado entre os Tribunais de Contas e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que objetiva ampliar a fiscalização dos recursos do Fundeb. Outra possibilidade gerada pela iniciativa é a aferição da fidedignidade e confiabilidade das informações declaradas pelo Distrito Federal, os Estados e os Municípios sobre os orçamentos públicos na área. O FNDE é uma autarquia ligada ao Ministério da Educação.

Um a cada dez alunos do 9º ano está em risco de evasão, revela estudo dos TCs em parceria com o Iede

O estudo “Permanência Escolar na Pandemia”, realizado pelos Tribunais de Contas (TCs), Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), revela que, no 5º ano do Ensino Fundamental, a média de participação dos estudantes das redes municipais em aulas on-line e, ou, entregando as atividades propostas pelas escolas foi de 92,5%, e no 9º ano, 90,1%. Os dados são referentes ao mês de abril de 2021, período marcado pelo ápice da segunda onda de covid-19. **[Acesse aqui o estudo completo](#)**

TCU aprimora painel com informações sobre precatórios do Fundef

A incorporação de mais tecnologia e conteúdo ao painel dos precatórios do Fundef deixa mais fácil o rastreamento dos recursos da União que vêm sendo pagos aos entes federados. Os pagamentos já alcançam R\$ 12,5 bilhões

Ministro Augusto Nardes defende prioridade na Educação

Ao encerrar o V Fórum Nacional de Controle, o ministro do TCU defendeu que o governo federal priorize a educação e estabeleça a recuperação imediata das áreas de infraestrutura e saúde

Especialistas debatem desafios e soluções para a retomada de obras de escolas

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, mais de 3,6 mil obras financiadas pelo fundo estão paralisadas ou inacabadas e 6.042 foram canceladas. Uma solução possível para o problema, apontada durante o V Fórum Nacional de Controle, é a retomada das obras por meio de parcerias público-privadas

Impacto da tecnologia na educação é tema de congresso do TRT15

Dois painéis integram o evento. No primeiro, sob o tema “Tecnologia na vida das crianças e adolescentes”, o desembargador Edmundo Fraga Lopes atua como debatedor entre os palestrantes. A juíza Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima, diretora do Fórum Trabalhista de Bauru e coordenadora do Jeia local, falará sobre “A importância da educação diante do impacto da tecnologia nas relações de trabalho”. E o advogado José Antônio Milagre, especialista em crimes cibernéticos, mestre e doutor pela Unesp, abordará os “Crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes e dicas de segurança”.

Escolas do Rio Grande do Norte recebem projeto do UNICEF para garantir aprendizagem na idade certa

Com o apoio do UNICEF, estudantes do Rio Grande do Norte poderão contar com uma rede fortalecida para construir novos caminhos de sucesso escolar. Nesta quarta-feira (1º/12), o Programa Educacional Caminhos de Aprendizagens: “Avexadas para Aprender” foi lançado a partir de uma parceria entre o Governo do Estado, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-RN) e o Itaú Social. Realizado no âmbito da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar (TSE), desenvolvida pelo UNICEF e parceiros, busca contribuir para o enfrentamento da distorção idade-série (dois anos ou mais de atraso escolar), da reprovação e do abandono escolar, desafios fortemente impactados pela pandemia da covid-19 e que agravam a cultura de fracasso escolar.

Prefeitura do Rio e UNICEF somam esforços pela busca ativa de crianças e adolescentes longe da escola

A união entre a Prefeitura do Rio e o UNICEF prevê um conjunto de estratégias que deverão ser implementadas e integradas nos próximos três anos. Entre elas, também se destaca a garantia de oportunidades de educação, formação e trabalho para os adolescentes e jovens de 14 a 24 anos mais vulneráveis da cidade, por meio da iniciativa Um Milhão de Oportunidades, que já conta com a parceria da Secretaria Especial da Juventude do Rio.

UNICEF e Undime promovem debate sobre educação inclusiva na promoção de Trajetórias de Sucesso Escolar

Na ocasião, serão realizados dois lançamentos: a websérie sobre Educação Inclusiva na Promoção de Trajetórias de Sucesso Escolar e Experiências Didáticas, um conjunto de materiais voltados para contribuir no desenvolvimento de um percurso educativo que busca romper a organização linear dos conteúdos escolares e considera a integração de diferentes componentes curriculares para que os atores envolvidos possam contemplar as especificidades de seus territórios e a diversidade de suas comunidades.

Nota técnica da Fiocruz orienta para retorno seguro às aulas escolares presenciais

A Fiocruz lança nota técnica que reúne orientações e recomendações para o retorno das atividades escolares de forma 100% presencial em cenário ainda pandêmico. Elaborado pelo Grupo de trabalho (GT) da Fiocruz com coordenação da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz), o documento aponta a vacinação como ponto central para flexibilização das medidas sanitárias.



Sistema eletrônico ajuda estados e municípios na gestão do transporte escolar

Conforme previsto no Art. 24 da Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 01, de 20 de abril de 2021, a governança e a utilização do transporte escolar no âmbito do Programa Caminho da Escola serão monitoradas por meio do Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar (Sete). O sistema é um software de e-governança desenvolvido pelo Centro Colaborador de Apoio ao Transporte Escolar da Universidade Federal de Goiás (Cecate/UFG), em parceria com o FNDE. Lançado em dezembro de 2020, tem o intuito de apoiar os estados e municípios na gestão do transporte escolar, considerando suas singularidades.

Comissão vota projeto de criação do Sistema Nacional de Educação

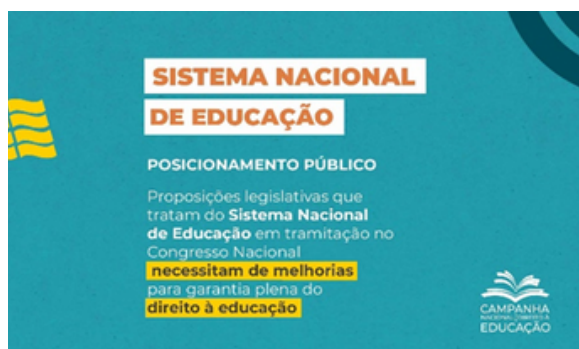
A reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), agendada para quinta-feira (11), tem como item único de votação o Projeto de Lei Complementar (PLP) que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE). O objetivo da proposição é alinhar e harmonizar políticas, programas e ações da União, estados e municípios em articulação colaborativa na área educacional.

Proposta atualiza a regulamentação do Fundeb permanente

O Projeto de Lei 3418/21 atualiza a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O texto está em análise na Câmara dos Deputados, e o Plenário já aprovou a urgência na tramitação.



Posicionamento público: Proposições legislativas que tratam do Sistema Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional necessitam de melhorias para garantia plena do direito à educação



A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, seguindo sua tradição de colaborar para o aprimoramento técnico e político da legislação e das políticas educacionais, vem trazer análise e propostas acerca do substitutivo ao PLP 235/2019, aprovado na Comissão de Educação do Senado Federal, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), dispõe sobre o processo de avaliação dos sistemas de ensino, determina a elaboração de planos nacional, estaduais, municipais e distrital de educação e especifica as fontes de financiamento da educação.

LEIA O POSICIONAMENTO E A NOTA TÉCNICA AQUI

MEC lança Avaliações Diagnósticas e Formativas para o ensino fundamental

As Avaliações Diagnósticas e Formativas são fruto de parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) com o objetivo de apoiar as redes de ensino na retomada das aulas presenciais e na recomposição das aprendizagens.

CONVIVA LANÇA NOVO VÍDEO SOBRE O FUNDEB

O Conviva Educação lançou o vídeo "O que é o Fundeb?". O vídeo foi elaborado para explicar para Dirigentes Municipais de Educação e equipes técnicas das secretarias as mudanças ocorridas no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 108/2020. O fundo é a principal fonte de recursos para a educação.



Proposta cria plano para enfrentar efeitos da pandemia na área da educação

O Projeto de Lei 3411/21 busca enfrentar os principais desafios decorrentes da pandemia da Covid-19 no âmbito da educação, promovendo a busca de alunos que abandonaram a escola, o seu acolhimento no ambiente escolar e a recomposição da aprendizagem, o que inclui também o treinamento de professores

Ministério da Educação lança Painel de Investimento em Educação Básica

Com o intuito de auxiliar os gestores educacionais na gestão dos recursos públicos destinados à educação, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), lançou o Painel de Investimentos em Educação Básica. A plataforma é vinculada ao portal de transparência da Controladoria Geral da União (CGU) e consolida todos os painéis já existentes que tratam de dados e informações públicas de educação básica.

Educadores alertam para aumento de evasão escolar durante a pandemia

A comissão externa da Câmara que acompanha os trabalhos do Ministério da Educação realizou audiência virtual com representantes dos secretários estaduais de Educação, do Unicef e da Fundação Roberto Marinho, para discutir a urgência de ações efetivas no combate à exclusão, ao abandono e à evasão escolar.

Prazo para pedido de retomada de obras inacabadas é estendido até 30 de dezembro

Considerando a necessidade de garantir prazo adequado aos gestores municipais e estaduais interessados em concluir obras inacabadas de infraestrutura educacional, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estendeu o prazo para a solicitação de retomada dessas edificações para 30 de dezembro. Os pedidos de repactuação dos termos de compromisso vencidos devem ser feitos por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).

Busca Ativa Escolar realiza campanha para garantir o vínculo de estudantes em retorno presencial



A Busca Ativa Escolar está realizando uma campanha para aproveitar o momento de retorno às aulas presenciais em boa parte das redes de ensino, visando garantir o vínculo e a permanência de cada criança e cada adolescente na escola.

Com o tema "A hora é agora" o objetivo é lembrar que o ano escolar não está perdido, e mobilizar a equipe de Busca Ativa Escolar dos municípios e estados para identificar meninas e meninos que correm o risco de abandonar as salas de aula.

Parceiros estratégicos:



Iniciativa:





ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021

Aprova as ponderações aplicáveis as diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e aos tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, bem como a metodologia de cálculo do indicador para a educação infantil de que trata o parágrafo único, do art. 28, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para vigência no exercício financeiro de 2022.

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021

Altera a Resolução nº 3, de 20 de abril de 2021, para ampliar o prazo de solicitação de retomada de obras inacabadas.

LEI Nº 14.218, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021

Altera a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 e suas consequências.

Instrução Normativa nº 015/2021/GS/SEDUC/MT

dispõe sobre critérios para a formação do Conselho de Classe (CC) nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. [publicado no Diário Oficial do Estado no dia 08/11/2021]



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br